

Fazendeiros e membros de boas famílias: análise das propriedades e da nobreza de homens da agricultura de abastecimento (Nova Friburgo – 1850-1883)

Farmers and members of good families: analysis of properties and nobility of men in supply agriculture (Nova Friburgo - 1850-1883)

Frazão, Gabriel Almeida

Gabriel Almeida Frazão

gabrielalmeidafrazao@gmail.com
Instituto Federal Fluminense, Brasil

Intellèctus

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
ISSN-e: 1676-7640
Periodicidade: Semestral
vol. 22, núm. 1, 2023
revistaintellectusuerj@gmail.com

Recepção: 11 Março 2023
Aprovação: 27 Abril 2023

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/802/8024495017/>



Este trabalho está sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhamento Pela Mesma Licença.

Resumo: O artigo objetiva demonstrar a importância da produção de gêneros para o mercado interno, entre 1850 e 1883, em parte do território de Nova Friburgo: as Terras Frias. Ele dialoga com a História Agrária e ratifica a defesa de análises regionais para o entendimento da agricultura brasileira. Por meio da microanálise e da variação de escalas, ele se fundamenta na reflexão bibliográfica e na apreciação de fontes como: periódicos; documentos eclesiásticos, administrativos; e inventários de fazendeiros locais. Por meio delas, foi possível compreender que os sujeitos envolvidos na produção para o abastecimento não estavam alijados do mercado, possuíam vários bens e se inseriam na escravidão. O sucesso econômico permitiu que participassem da administração pública. Esses membros da boa sociedade construíram prestígio social, o que os permitiu se distinguir socialmente.

Palavras-chave: História Agrária, História do Abastecimento, Nova Friburgo.

Abstract: The paper demonstrates the importance of producing genres for the domestic market, between 1850 and 1883, in part of the territory of Nova Friburgo: Terras Frias. It dialogues with Agrarian

History and defends the regional analyzes for understanding Brazilian agriculture. Through microanalysis and the variation of scales, it is based on bibliographical reflection and on the appreciation of sources such as: periodicals; ecclesiastical, administrative documents; and inventories of local farmers. Through them, it was possible to understand that the subjects involved in production for supply were not excluded from the market, they had several goods and were part of slavery. Economic success allowed them to participate in public administration. These members of good society built up social prestige, which allowed them to distinguish themselves socially.

Keywords: Agrarian History, Supply History, Nova Friburgo.

Introdução

Durante a maior parte do século XX, as grandes sínteses destinadas ao entendimento da realidade brasileira demonstraram pouco interesse sobre a produção agropecuária para o mercado interno.. À exceção de Caio Padro Jr, havia um consenso sobre a pouca significância dessa produção diante do grande papel da economia agroexportadora na estruturação social do país (MOTTA, 1989). A partir da década de 1970, Maria Yeda Linhares, Francisco Carlos da Silva e Ciro Cardoso aprofundaram o debate sobre as características do rural brasileiro. Este último, além de fomentar a discussão sobre a brecha camponesa no sistema escravista (CARDOSO, 1987), defendeu a importância da análise das técnicas de cultivo, das variadas relações de produção e da apropriação do solo para a compreensão da agricultura nacional (CARDOSO, 1979). Os dois primeiros levantaram elementos importantes para o entendimento da História do Abastecimento e para a História Agrária. Dentre eles, figuraram, principalmente, a defesa de estudos que dessem conta do arranjo produtivo de diferentes regiões e, por consequência, a de exames que extrapolassem à lógica do cultivo de exportação (LINHARES e SILVA, 1981).

Essa perspectiva analítica gerou uma série de trabalhos sobre a agricultura voltada ao mercado interno (FARIA, 1986; MOTTA, 1989; LENHARO, 1992; SAMPAIO, 1994, CASTRO, 2009).

Eles demonstraram haver uma infinidade de formas de acesso à terra (compra, posse, herança, foro etc.) e de inserção no mercado (arrendatários, negociantes etc.) e também evidenciaram o considerável número de escravizados envolvidos na produção. As comparações com trabalhos destinados à análise de monoculturas de exportação fizeram com que esses autores percebessem como, tal qual a economia cafeeira, a propriedade da terra e o grau do endividamento eram alicerces da hierarquia social no Brasil Imperial. Além disso, todos eles

ratificaram a importância dos estudos regionais para a melhor caracterização dos agentes sociais e das estruturas produtivas..

As clássicas monografias, entretanto, não influenciaram a elaboração de trabalhos similares dedicados à Nova Friburgo. Apesar de existirem vários estudos sobre o município, a questão da estruturação da agricultura voltada para o mercado interno vem se resumindo a duas grandes temáticas: o papel da colonização suíça e alemã; e a importância da grande lavoura de café. A primeira se liga, em um momento inicial, ao chamado “mito da Suíça Brasileira”, ou seja, à valorização do projeto colonizador de D. João VI e dos agentes suíços que teriam desenvolvido a cidade livre da mácula da escravidão (ARAÚJO, 2003). Nessa historiografia, há relatos dos colonos produzindo artigos destinados ao abastecimento do mercado local e de regiões vizinhas (JACCOUD, 1999). Ainda que atualmente vários trabalhos tenham criticado essa visão, eles muitas vezes recorrem às mesmas informações para exemplificarem o papel de Friburgo nesse tipo de produção. Assim, mesmo sem a intenção, eles corroboram a visão de que os imigrantes helvéticos e alemães (chegados em 1824) foram os grandes responsáveis por essa agricultura (NICOULIN, 1995; MAYER, 2003; MAYER e ARAÚJO, 2003; BOM, 2004; ERTHAL,

2006 e 2020; CÂMARA, 2020). A segunda vem sendo desenvolvida por pesquisadores que, justamente por problematizar o mito, abordam a

importância da lavoura cafeeira, da mão de obra escravizada e dos luso-brasileiros no desenvolvimento da cidade (LISBOA, 2003; PEDRO, 1999; MARRETTO, 2017, 2018; 2020). Contudo, mesmo eles ainda não se debruçaram sistematicamente sobre os agentes sociais envolvidos na produção e/ou comercialização de milho, feijão, batata e carne, por exemplo. As poucas publicações existentes apontam o papel de grupos luso-brasileiros na plantação e no comércio desses gêneros (FARIA, 2018; CORRÊA e SANTOS, 2019; FRAZÃO, 2020, 2021).

Diante disso, o artigo tem como objetivo contribuir com tal debate, apresentando outras reflexões sobre a temática, especialmente, em uma parte do território de Nova Friburgo: as Terras Frias. Este trabalho se insere, portanto, na chamada História Agrária (MOTTA, 2005) e ratifica a defesa de exames regionais para o melhor entendimento da complexidade da agricultura brasileira (LINHARES e SILVA, 1981). Assim, por meio da microanálise e da variação de escalas (REVEL, 1998; LEVI, 2000), ele se fundamenta na reflexão bibliográfica e na apreciação de diversos documentos impressos, como: periódicos; documentos eclesiásticos

administrativos; e, principalmente, inventários *post mortem* de fazendeiros locais. Por meio dessas fontes, é possível compreender o papel da produção de gêneros destinados ao mercado interno na economia friburguense. O texto se divide, pois, nas seguintes seções: a primeira, de caráter introdutório que agora se encerra; a segunda, em que se apresenta o debate sobre a produção de gêneros de abastecimento em Nova Friburgo; a terceira, na qual são caracterizadas as propriedades e as relações de trabalho de alguns agentes ligados a essa produção; e a quarta, na qual se discutem possíveis classificações para esses atores e sua inserção na sociedade do Brasil Imperial.

A agricultura das “Terras Frias”: batatas e outros gêneros voltados ao mercado interno

Nas últimas décadas, alguns trabalhos vêm chamando atenção para a importância de Nova Friburgo e de regiões vizinhas na produção alimentícia (NICOULIN, 1995; MAYER, 2003; CORRÊA e SANTOS, 2019; FRAZÃO, 2020, 2021). A colônia foi fundada em um contexto no qual havia uma preocupação com o abastecimento da Corte Portuguesa, instalada na cidade do Rio de Janeiro. Tentou-se, assim, desde o início da colonização (1820), difundir o plantio de cereais na região. Além de alguns animais e de batatas, os colonos receberam sementes de trigo, de arroz, de feijão e de milho para serem cultivadas em suas terras. O feijão, o milho e a farinha de mandioca passaram a fazer parte da dieta dos colonos, que os acrescentaram a outros itens por eles consumidos na Europa, tais como: as batatas, a manteiga e o queijo (MAYER, 2003). Contudo, segundo a bibliografia votada ao tema, a intenção de transformar a região em uma grande produtora de cereais não logrou o êxito esperado, pois apenas o milho e as batatas rendiam boas colheitas (NICOULIN, 1995; MAYER, 2003). O cultivo desses gêneros não se destinava somente ao consumo familiar, mas também a outros mercados, como a cidade do Rio de Janeiro (FARIA, 2018).

A inserção no comércio de abastecimento interno, entretanto, não foi suficiente para impedir a dispersão dos imigrantes pelo território à procura de

áreas mais propícias ao cultivo de café. A historiografia dedicada à região destacou esse movimento o relacionando também à interrupção da ajuda financeira da Coroa e à má qualidade do solo (NICOULIN, 1995; LISBOA,

2003; MAYER e ARAÚJO, 2003; BOM, 2004; MARRETTO, 2018; ERTHAL, 2020). Os colonos

relatavam, com algum desalento, que as terras recebidas por eles eram propícias, apenas, para produção de gêneros como as batatas, o milho e outros legumes (MARRETTO, 2017).

O inegável interesse de muitos dos imigrantes pela cafeicultura não deve eclipsar algo que, desde finais da década de 1970 vem sendo debatido por historiadores ligados à temática da História Agrária (MOTTA, 2005), qual seja: a relevância econômica da produção de gêneros para o mercado interno. Os estudos inaugurados naquele período por Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos da Silva demonstraram que, apesar de uma série de dificuldades, desde o período colonial, havia uma produção que não se dedicava exclusivamente à subsistência familiar, como também se inseria na economia local (LINHARES e SILVA, 1981).

O início do século de XIX, com a vinda da família real, apresentou novas possibilidades para vários agricultores. A distância, a precariedade das estradas que ligavam os principais centros fornecedores de carne, de queijo e de toucinho, oriundos de Minas, ao Rio de Janeiro, e a baixa produção de hortaliças em áreas próximas à cidade fizeram com que o abastecimento da capital se tornasse crítico. A entrada constante de imigrantes de diversas nacionalidades aumentou a procura por artigos geralmente consumidos na Europa, como, por exemplo, as batatas inglesas. O quadro se agravou ainda mais diante das leis abolicionistas da segunda metade do século, impactando profundamente a população mais pobre (LINHARES, 1979). A demanda favoreceu o enriquecimento e a acumulação de bens e de prestígio por parte dos agentes envolvidos na produção e/ou no comércio desses produtos (DIAS, 1986). Mais do que simples tropeiros pobres, muitos desses homens tiveram papel importante na consolidação do estado nacional brasileiro (LENHARO, 1992). Tal situação se manteve ao longo do século XIX, mesmo com o advento do café, que, ao avançar sobre áreas propícias ao seu desenvolvimento, abria espaço para o cultivo de outros gêneros em áreas periféricas do Rio de Janeiro: em Niterói (MOTTA, 1989); Magé (SAMPAIO, 1994); Capivary (CASTRO, 2009); Campos dos Goytacazes (FARIA, 1986; FERREIRA, 2001). Em todos esses estudos, salienta-se que, nessas localidades, reproduziu-se, em grande medida, a organização social das grandes áreas de lavouras de exportação, baseada no monopólio da terra, da mão de obra e do acesso ao crédito.

No caso de Nova Friburgo, Rui Erthal (2006) chamou atenção para a falsa dicotomia existente entre o projeto de colonização suíça e o desenvolvimento da agricultura de exportação. Estabeleceu-se, segundo ele, uma relação de complementariedade. O projeto migratório trouxe

um grande contingente populacional, inclusive de luso-brasileiros, que impulsionou o comércio local e trouxe investimentos para a produção cafeeira. Por sua vez, os produtores de gêneros de abastecimento se beneficiaram do estabelecimento de uma rota de comércio que ligava o município de Cantagalo, grande produtor de café, a Porto das Caixas. As tropas de muare carregadas

de café paravam em Friburgo, consumiam e carregavam parte do que era ali produzido (milho, batata, toucinho) para Porto das Caixas (Itaboraí), onde o café era embarcado para a capital. Na volta, elas novamente faziam parada na cidade serrana, movimentado, assim, a economia local (ERTHAL, 2006).

O estudo pioneiro sobre a temática do abastecimento em Nova Friburgo foi desenvolvido por Jorge Miguel Mayer. Assumindo o desafio de analisar a organização produtiva sobre a região do Vale do Rio Macaé, o autor trouxe à tona a história de uma série de famílias de origem suíça que, mesmo se dispersando para além dos limites dos lotes coloniais, durante muitos anos, sustentaram-se com a criação de animais e cultivo de: bananas, milho, mamona, inhame, hortaliças e diversos tipos de batatas (MAYER, 2003). Para fundamentar a sua hipótese, o historiador recorreu aos dados do Censo Agrícola de 1920, ressaltando, em primeiro lugar, a grande difusão do feijão, do milho e das batatas nas propriedades friburgueses. Em segundo lugar, apontando para o fato de a maioria das propriedades (75%) ser de pequeno porte, ou seja, inferior a 100 hectares. Por fim, o autor destaca a importância da batata para a economia do município ao perceber que Friburgo era o 2º maior produtor do estado do Rio de Janeiro.

Esse estudo, apesar de seu pioneirismo, não se debruçou sobre uma área pertencente à Nova Friburgo no século XIX que, até os dias atuais, tem a sua produção voltada para o abastecimento da capital do estado: a região das Terras Frias. Pesquisas recentes (CORRÊA e SANTOS, 2019; FRAZÃO, 2020; 2021) têm demonstrado como essa região, que atualmente abrange porções de Nova Friburgo e de Teresópolis, caracterizava-se por propriedades que se destinavam ao cultivo de milho, de feijão e de batatas, ou seja, a mesma produção salientada por Mayer (2003). Ali também havia uma grande concentração de imigrantes de origem portuguesa e mineira, o que a diferenciava de outras partes do território friburguense. Esses indivíduos, por meio de atividades comerciais, do cultivo e da criação de animais, conseguiram acumular renda e prestígio social, ao que parece, em um primeiro momento, graças à cultura de batatas. Essa área de clima frio e seco seria, segundo vários manuais agrícolas (TAUNAY, 2001 [1839]; PECKOLT, 1871; FONSECA, 1863; CARVALHO, 1899), propícia ao desenvolvimento do cultivar.

Relatos produzidos pela administração municipal classificaram essa produção como sendo a “antiga riqueza da[quela] região” (OFÍCIO ALFREDO AUGUSTO PEREIRA DE FREITAS, 1883)

A análise do Almanak Laemmert ratifica essa visão. Verificou-se que, entre os anos 1857 e 1864, foram listados em Nova Friburgo um conjunto de proprietários que se destinavam ao plantio de batatas. O grupo, classificado como “cultura de batatas”, aparecia como uma categoria à parte a dos fazendeiros e só figuravam na Freguesia de São João Batista, ou seja, na área mais central do município. Evidencia-se, então, a importância do tubérculo, que chegou a agrupar 40% dos produtores rurais. Tendo em vista que o Almanak reunia pessoas que se inseriam no mercado (CASTRO, 2009; MACHADO, 2011), a existência de um grupo destinado ao gênero ratifica o êxito dessa atividade econômica. Chamou a atenção também o fato de a listagem ser composta, em sua maioria, por luso-brasileiros, como se observa no quadro a seguir (Quadro 1).

Quadro 1 – Cultura de Batatas em Nova Friburgo (1857-1864)

Nomes Listados
Alexandre Tranin
Antonio Francisco de Bragança
Antonio José de Siqueira
Carlos Francisco de Bragança
Domingos Gomes de Siqueira
Francisco Jacintho da Silva
Jacintho da Silva Queiroz
João Luiz de Siqueira Queiroz
João de Souza Guimarães (Herdeiros)
José Coelho
José Firme de Siqueira
Manoel Francisco do Canto
Manoel José de Siqueira
Manoel José de Souza Pereira
Manoel José de Souza Pereira Junior

Thomaz da Rocha Teixeira
Viúva D. Maria Francisca de Castro

Fonte: Elaborado pelo autor (Almanak Laemmert – 1857-1864)

O exame do Almanak realizado em estudo anterior (FRAZÃO, no prelo) ratificou também a tese de que, ao contrário do que afirmou Jorge Mayer (2003), a produção de batatas se concentrava nas Terras Frias e não na região do vale do Macaé. Em 1862, ocorreu o desmembramento da Freguesia de São João Batista e a criação da Freguesia de Sebastiana. Tal fato fez com que a publicação, a partir de 1865, trouxesse informações específicas sobre a nova unidade administrativa. Por meio da nova listagem, percebeu-se que grande parte dos fazendeiros de Sebastiana (mais de 60%) eram os antigos cultivadores de batatas, que, até 1864, foram listados em São João Batista. No mesmo estudo (FRAZÃO, no prelo), entretanto, não houve espaço para precisar os motivos que fizeram com que esses proprietários passassem a ser vistos como fazendeiros e não mais produtores de batatas. Torna-se mister a necessidade de estudos mais aprofundados sobre essa região, com vistas ao melhor entendimento da dinâmica da produção local. Questões recorrentes na História Agrária (MOTTA, 2005) como o grau de concentração fundiária, a forma de mão de obra utilizada na produção, o detalhamento dos gêneros e a sua inserção no mercado são importantes para o avanço das pesquisas.

Tradicionalmente a resposta a essas perguntas ocorre por meio de um procedimento já consolidado para a análise regional: a pesquisa quantitativa e serial de documentos relacionados à localidade em questão. Nesse sentido, além de se buscar dados gerais em publicações, como censos e outras listas, utilizam-se os inventários como instrumento para caracterização econômica e tipificação dos proprietários. A partir, então, da construção do cenário geral é que, muitas vezes, parte-se para análises mais individualizados. Não se nega aqui a validade dessa metodologia, base de muitos trabalhos com os quais esse artigo dialoga, contudo, a opção por um caminho “inverso” se dá pelo fato de ainda não se ter localizado em um fundo e/ou arquivo os inventários referentes aos agentes residentes em Nova Friburgo no século XIX..

Este artigo, portanto, propõe avançar um pouco mais sobre o estudo das Terras Frias a partir do estudo de alguns dos proprietários listados no quadro anterior. Esses nomes são as “estrela[s] de primeira grandeza”, ou seja, eles servem de porta de entrada para o mundo o qual se quer conhecer (BARTH, 1978). Por meio da pesquisa onomástica, tão cara à metodologia da micro-história (GINZBURG, 1989; LEVI, 2000), faz-se, também, um levantamento em documentos da administração municipal, em periódicos e em fontes cartoriais. A esses nomes, soma-se o de outro fazendeiro das Terras Frias, o mineiro Dimas Ferreira Pedrosa, que, apesar de nunca ter figurado na listagem específica da cultura de batatas, também, segundo o Almanak, dedicou-se ao cultivo destas em sua “fazenda de criar” (FRAZÃO, 2021).. O resultado desse esforço, ainda incompleto, é apresentado nas próximas páginas.

A fotografia das propriedades destinadas ao abastecimento: composição da riqueza de um grupo de fazendeiros das Terras Frias

A pesquisa, até o momento, localizou os inventários de seis dos cultivadores de batatas, todos residentes na região das Terras Frias.. Esses inventários são considerados como fotografias dos bens deixados por esses indivíduos ao final da sua vida. Se eles sozinhos não dão conta de reconstituir a trajetória desses atores, ou, por assim dizer, o filme de suas biografias, é inegável que essa documentação é importante no entendimento de suas atividades econômicas e da composição de seus patrimônios no momento de sua morte (SAMPAIO, 1994; FRAGOSO, 2013; MARRETTO, 2020). Por meio deles, pode-se entender os valores econômicos e sociais que estruturam uma sociedade. Além disso, essa documentação aponta para os níveis de riqueza, as relações de mão de obra utilizada na produção e as formas de acesso ao mercado e ao crédito; enfim, as condições de vida de várias parcelas da população (TEIXEIRA, 2012; NUNES, 2011)..

O fato de esses inventários serem de temporalidades bem próximas – três deles do mesmo ano – favorece a construção fotográfica, que abrange os anos de 1867 a 1883. Organizou-se, primeiramente, as informações contidas na documentação a partir da avaliação total dos bens desses homens. (Quadro 2).

Quadro 2 - Patrimônio Líquido do Grupo de Fazendeiros8

Nome/Ano	V. Réis	V. Libras
Antonio Francisco de Bragança (1867)	7:749\$716	721,17
Manuel Francisco do Canto (1876)	55:645\$974	6.141,94
Domingos Gomes de Siqueira (1876)	55:014\$570	6.072,25
Manuel José de Siqueira (1876)	57:983\$324	6.399,93
João Luiz de Siqueira Queiroz (1877)	218:838\$580	22.516,97
Dimas Ferreira Pedrosa (1883)	41:309\$960	3.675,26

Fonte: Elaborado pelo autor. TJ-RJ. Acervo Permanente. Inventários

Chama atenção o valor dos bens. Excluindo-se Antonio Francisco de Bragança, os demais teriam morrido com um patrimônio superior a 41 contos de réis e/ou 3 mil e 500 libras esterlinas. A comparação desses números com os apresentados por estudos destinados a outras áreas voltadas ao abastecimento permite o melhor entendimento do cenário em questão. Se estivessem em Magé, segundo a classificação estabelecida por Sampaio (1994), 5 desses indivíduos comporiam a camada mais alta da elite fundiária (fortunas acima de 3 mil libras) e apenas 1, o grupo mais pobre (fortunas abaixo de mil libras). Os dados impactam ainda mais, quando se tem em mente que, na década de 1870, dos 34 inventários localizados pelo autor, apenas 4 pertenciam ao grupo mais rico. Ademais, a maior fortuna localizada por Sampaio, 11 mil libras, tem a metade do montante da localizada em Nova Friburgo, com mais 22 mil libras.

O estabelecimento de uma comparação com uma área de exportação auxilia no dimensionamento do quadro encontrado em Friburgo. Frago (2013) e Mattoso (1992)

também utilizaram a análise do montante do patrimônio encontrados em inventários para hierarquizar, respectivamente, as fortunas de Paraíba do Sul e da Bahia do século XIX. Estabelecendo um comparativo com Paraíba do Sul, município ligado ao café, a maioria dos homens das Terras Frias pertenceria à categoria das médias fortunas (de 2 mil e 1 libras a 10 mil libras). Antonio Francisco de Bragança comporia o grupo dos mais pobres (menos de 2 mil libras) e João Luiz de Siqueira Queiroz, o dos mais ricos (acima de 10 mil libras). No caso da Bahia, Antonio Francisco de Bragança, com patrimônio líquido de 7:749\$716 réis, estaria no grupo das médias fortunas (de 2:100\$000 a 10:000\$000). Dimas Pedrosa, com os seus 41:309. 960 réis, enquadrar-se-ia nas médias altas (10:100\$000 a 50:000\$000). Já Manuel Francisco do Canto, Domingos Gomes de Siqueira e Manuel José de Siqueira, cujos valores são, respectivamente, de 55:645\$974 réis, 55:014\$570 réis e 57:983\$324 réis, nas grandes baixas fortunas (50:000\$000 a 200:000\$000). E João Luiz de Siqueira Queiroz, com o patrimônio de 218:838\$.80 réis, faria parte da segunda camada, em ordem de grandeza, ou seja, a das grandes médias fortunas (200:100\$000 a 500:000\$000). Mesmo tendo ciência que o trabalho de Mattoso se destina a uma outra província, entende-se que os números são importantes balizas comparativas

diante de outros estudos específicos sobre a realidade aqui pesquisada. Essa perspectiva foi defendida também por Marretto (2015), que recorreu a mesma classificação para dimensionar a fortuna do médico e político Jean Babet que viveu na Vila de Nova Friburgo no século XIX. O patrimônio de 83:092\$520 réis o colocaria na categoria de grandes baixas fortunas, ou seja, na mesma posição de três dos anunciados acima. Tendo em vista que a região de Nova Friburgo, apesar de ter áreas produtoras de café, era marcada por regiões destinadas ao plantio de gêneros para o mercado interno, a existência de indivíduos que acumularam essas fortunas é um dado importante.

A necessidade de uma melhor compreensão da composição dessas riquezas levou a elaboração do quadro a seguir (Quadro 3). Nele, são apresentados, em termos percentuais, a divisão dos bens e o quanto as dívidas obtidas representavam do patrimônio.

Quadro 3 - Participação Percentual dos Itens no Patrimônio do Grupo de Fazendeiros

Nome*	T. B.	A.	E.	P.	G.	M.F.	D.	D.A.	D.P.
Antonio F. de Bragança	0	14	79	1	0	1	0	4	54

Manuel F. Canto	36	2	44	2	0,1	3	1	12	0
Domingos G. Siqueira	20	7	52	1	2	1	0	17	5
Manuel J. Siqueira	48	5	44	0,2	2	1	0	0,2	25
João L. S. Queiroz	19	3	24	2	1	1	28	22	0
Dimas F. Pedrosa	76	3	11	1,4	2	6	0	0	36

Fonte: Elaborado pelo autor. TJ-RJ. Acervo Permanente. Inventários

* Os nomes foram abreviados para a melhor disposição dos dados no quadro.

T.B: terras e benfeitorias; A: animais; E: escravizados; P: plantações; G: gêneros; M.F: mobília e ferramentas; D: dinheiro; D.A: dívida ativa; D.P: dívida passiva.

Ainda que a historiografia destinada ao estudo de áreas voltadas para o abastecimento do mercado interno tenha destacado que a propriedade da terra não poderia ser vista como a constituição da hierarquia social (MATTO, 2009), não se pode negar que o mais pobre dos agentes analisados era aquele que, no final da vida, não possuía nenhuma terra e/ou benfeitorias. Não se sabe se ele chegou a possuir ao longo da sua trajetória alguma propriedade, o que demandaria uma análise detalhada de fontes cartoriais; por ora, sabe-se que seu nome não consta nos livros do Registro Paroquial de Terras das duas Freguesias (São João Batista e Nossa Senhora da Conceição do Paquequer) que compunham Nova Friburgo. O fato de Antonio Francisco ter tido plantações de milho e de feijão avaliadas demonstra, contudo, que ele produzia na terra de algum proprietário local. Além disso, a maior parte do seu patrimônio (79%) estar em escravizados também aponta para o uso dessa mão de obra na produção e na comercialização agrícola. É possível que ele estivesse envolvido com o transporte de mercadorias, o que explica 14% de seus bens serem compostos por animais de carga como se percebe no Quadro 5. Esses elementos associados ao grande percentual de dívidas passivas

indicam sua inserção no mercado. Suas dívidas somavam mais de 8 contos e estavam nas mãos de 14 credores dos quais ainda não se tem informações.

Sobre os demais agentes, todos eles morreram como proprietários rurais. Todos encontram-se nos Registros Paroquiais de Terras.. Deles, 4 registraram suas terras na Freguesia de São João Batista e, apenas, Dimas Pedrosa fez os registros de 2 áreas em Paquequer. Mesmo tendo ciência da complexidade da análise dessa fonte, (MOTTA, 2008) tentou-se, por meio delas, identificar a origem das terras. Pedrosa afirma tê-las obtido por meio de compra; João Luiz de

Siqueira e Antonio José de Siqueira, por título de herança; já nas declarações de Domingos Gomes de Siqueira e Manuel José de Siqueira não há informações desse tipo. A relação deles com o mercado da terra só poderia ser investigada por meio de análise de fontes cartoriais, algo que escapa o foco deste estudo. Como apenas Dimas Ferreira Pedrosa já foi objeto de estudos específicos, sabe-se que ele, por meio da venda de algumas propriedades rurais, comprou imóveis no Centro da Vila de Nova Friburgo (FRAZÃO, 2021).

Apesar das diferenças, percebe-se que todos eles estavam inseridos no mundo da escravidão. Dimas Pedrosa era o proprietário que possuía o menor percentual de seus bens alocados em escravizados. Até o mais pobre deles, apresentava 79% do seu patrimônio em escravarias. Visando à melhor compreensão desse cenário, construiu-se o quadro a seguir (Quadro 4), em que são apresentados o quantitativo e os valores em réis e em libras dessa mão de obra importante para o desenvolvimento das atividades econômicas do grupo.

Quadro 4 - Importância dos Escravizados no Patrimônio do Grupo de Fazendeiros

Nome	Nº	V. Réis	V. Libras
Antonio Francisco de Bragança	17	12:850\$000	1.243,95
Manuel Francisco do Canto	20	24:500\$000	2.704,19
Domingos Gomes de Siqueira	27	30:000\$000	3.311,26
Manuel José de Siqueira	37	33:701\$000	3.719,76
João Luiz de Siqueira Queiroz	72	51:600\$000	5.386,22
Dimas Ferreira Pedrosa	4	7:100\$000	631,67

Fonte: Elaborado pelo autor. TJ-RJ. Acervo Permanente. Inventários

Segundo os historiadores ligados ao debate da segunda escravidão (MARQUESE, 2006; SALLES, 2008; MARQUESE e TOMICH, 2015; MARRETTO, 2019), esses homens podem ter o seu poder econômico, político e social dimensionado pelo número de escravizados que possuíam. De acordo com esses autores, Dimas Ferreira Pedrosa, com 4, seria o único *micro-proprietário*, (possuidores de 1 a 4 escravizados). Já Antonio Francisco de Bragança, no momento de sua morte, com 17, enquadrar-se-ia como um pequeno proprietário (possuidores de 5 a 19 escravizados). Manuel Francisco do Canto, Domingos Gomes de Siqueira e Manuel José de Siqueira com, respectivamente, 20, 27 e 37, estariam na categoria de médios proprietários

(possuidores de 20 a 49 escravizados). Por fim, João Luis de Siqueira Queiroz, detentor de 72 escravizados, fazia parte dos grandes proprietários (possuidores de 50 a 99 escravizados).

Os escravizados deveriam ser utilizados nas plantações. A totalidade dos inventários indica a relação de todos esses homens das Terras Frias com as plantações de milho e de feijão, alimentos importantes para o mercado local e para a alimentação dos animais. Manuel Francisco do Canto e João Luiz de Siqueira Queiroz são aqueles cujas plantações representam o maior percentual (2%) nos patrimônios. Esses dois, contudo, se diferenciam dos demais por apresentarem também outros cultivos em suas terras. O primeiro possuía 800 pés de marmelo. Ainda que essa produção, avaliada em 160\$000, réis não chegasse nem perto dos 8 alqueires de milho em planta (avaliados em 1:000\$.000), ela aponta para uma diversificação das culturas existentes na localidade. O segundo, detentor de várias propriedades, estava envolvido com a cafeicultura. Contudo, aqui é mais difícil precisar o valor dessa produção, já que não foram mensurados o número de pés e a avaliação do cafezal não foi separada das casas e das benfeitorias do terreno. Sabe-se, apenas, que ele estava de posse de 120 alqueires de café em coco, avaliados em 360\$000 réis. Novamente, um valor pouco representativo diante dos 350 alqueires de milho (525\$000), 400 alqueires de arroz (700\$000 réis) e das plantações de milho (50 alqueires/4:000\$000 réis) e de feijão (35 alqueires/875\$000 réis).

Outro dado interessante é a inexistência da menção sobre lavouras de batatas. Se eles foram listados durante anos como produtores desse tubérculo, o que teria acontecido com essa cultura? Será que os agentes sociais as teriam abandonado? A resposta a essas questões seria, segundo a documentação camarária, uma doença que fez com que o cultivar tivesse sido abandonado (OFÍCIO ALFREDO AUGUSTO PEREIRA DE FREITAS, 1883). Contudo, o fato de Nova Friburgo e de Teresópolis aparecerem no Censo Agropecuário de 1920 como grandes produtores de batatas do Estado do Rio de Janeiro aponta para a continuidade desse produto na produção daquela região (FRAZÃO, no pelo). A resposta conclusiva a essa questão só poderia se dar, assim, por meio do exame de outros inventários.

Por hora, a quantidade de gêneros no patrimônio desses homens mostra que eles eram negociantes. No caso de João Luiz de Queiroz, a grande quantidade de dinheiro “em caixa” (58:697\$340) sugere que ele fazia parte de um grande empreendimento. Contudo, não foi encontrado no Almanak nenhuma menção a atividade comercial. A composição de suas dívidas ativas também não demonstrou que ele tinha como credores fazendeiros e/ou outros moradores

locais. Excetuando-se a existência de uma hipoteca de herdeiros de Antonio José de Siqueira, (15:744\$440 réis), de uma letra de crédito de Alfredo de Freitas Pereira (896\$800), ele era credor do governo brasileiro (30:000\$000 réis). Já as informações encontradas sobre Manuel Francisco do Canto permitem uma melhor caracterização. Ele foi listado como negociante na publicação nos anos de 1875 e 1877; além disso, no seu inventário, faz-se menção a uma “casa de negócio”, bem como a existência de “balanças, pesos e medidas” que nela estariam armazenados. A composição de suas dívidas ativas também confirma essa posição. Ele é credor de 121 pessoas, que, em sua esmagadora maioria, devem menos de 50\$000 réis. Essa situação se assemelha a dos negociantes-fazendeiros

encontrados em Paraíba do Sul. Grupo de grande capilaridade social e principal responsável pelo abastecimento de mercadorias e de créditos para os pequenos e mais pobres produtores (FRAGOSO, 2013).

Domingos Gomes de Siqueira era credor de apenas nove indivíduos, contudo, sete deles possuíam dívidas pequenas, que somadas apresentaram uma média de aproximadamente 91\$000 réis. Seu maior devedor era o seu irmão Manuel José de Siqueira (6:954\$930 réis), um dos nomes presentes nas listagens acima. Além de Domingos, ele devia também, segundo ao Almanak Laemmert, a outro negociante listado na Freguesia de Sebastiana, José Maria Ribeiro (11:504\$198), que detinha em suas mãos, aproximadamente, 60% das dívidas de Manuel José. É evidente a necessidade de estudos mais aprofundados sobre as pessoas que estavam presentes nas relações de credores e de devedores desses homens, algo que ultrapassa o limite destas páginas. Por hora, demonstra-se o papel dos produtores voltados para o abastecimento interno na concessão de crédito, algo que já fora apontado pela historiografia dedicada ao tema (MOTTA, 1989; SAMPAIO, 1994; CASTRO, 2009).

Outro dado que chama a atenção é o percentual dos animais nos inventários localizados. Ao menos 2% da riqueza desses homens estavam aplicados em animais. O fato de o mais pobre deles ter 14% do seu patrimônio neste item reforça a importância da pecuária nas Terras Frias. Os escravizados deveriam atuar na criação de animais. Para o melhor entendimento do cenário, elaborou-se o quadro a seguir (Quadro 5), em que é apresentada a composição dos rebanhos.

Quadro 5 – Composição dos animais no Patrimônio do Grupo de Fazendeiros

Nome*	Nº T.	N.º M.	% M	Nº S	% S	Nº O	% O	Valor Réis
Antonio F. de Bragança	22	21	95	0	0	1	5	2.270.000,00

Manuel F. do Canto	49	15	31	25	51	9	18	1.325.800,00
Domingos G. de Siqueira	87	15	17	52	60	20	13	3.996.000,00
Manuel J. de Siqueira	48	35	73	0	0	13	27	4.145.000,00
João Luiz de S. Queiroz	46*	27	-	N.I.	N.I.	21	-	6.005.000,00
Dimas F. Pedrosa	84	16	19	30	36	38	45	2.243.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor. TJ-RJ. Acervo Permanente. Inventários

* Nomes foram abreviados para a melhor disposição dos dados do quadro.

N.T: número total; N.º M.; número de muares; % M: porcentagem de muares; N.S.º: número de suínos; % S: porcentagem de suínos; N.º.O.: número de outros animais; % O: porcentagem de outros animais. * Não foi informado o número de suínos, somente o valor da criação, por isso o número de animais e os demais cálculos foram comprometidos.

Os dados apontam para a importância da criação de muares e de suínos. Os números dessas criações são superiores à média encontrada pelos produtores de Magé. Nesse município, na década de 1860, as propriedades arroladas por Sampaio (1994) possuíam, em média, 3,48 suínos e 2,72 muares. Dez anos mais

tarde, o número de mulas ali subiu para 2,88 e o de porcos decresceu para 0,59 (SAMPAIO, 1994). Nas Terras Frias, todos os citados possuíam mulas e apenas 2 não tinham porcos. Infere-se que os últimos eram destinados ao consumo das propriedades e ao mercado. Os relatos já apresentados sobre o comércio de carne suína e o fato de os negociantes Dimas Ferreira Pedrosa e Manuel Francisco do Canto possuírem, respectivamente, 30 e 25 porcos ratificam a hipótese. Já as mulas parecem ter um papel ainda maior nas atividades dos agentes estudados, com número ainda mais expressivos: 21,5 em média. As condições geográficas da região, composta por serras e caminhos difíceis de percorrer e a distância das Terras Frias das ferrovias faziam com que os animais fossem essenciais para o transporte de mercadorias. A importância dos muares na economia local faz com que, ainda hoje, na região, existam relatos sobre a existência de fazendas que se destinavam à criação deles (FRAZÃO, 2020).

Negociantes, fazendeiros, membros de “boas famílias” e a nobreza agrária das Terras Frias

Diante do exposto, pode-se classificar o grupo de antigos cultivadores de batata da Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, de várias formas, a depender da referência historiográfica. Percebeu-se que o montante de suas fortunas e da população por eles

escravizada colocaria a maioria desses homens em posição de destaque em diversas regiões do Brasil Imperial.

No que se refere a participação na política de Nova Friburgo, todos eles, à exceção de Antonio Francisco de Bragança e Manuel Francisco do Canto, seriam membros da chamada *boa sociedade imperial*, ou seja, homens que, mesmo em pequena escala, envolveram-se com a administração do Império brasileiro (MATTOS; GONÇALVES, 1991). Dimas Pedrosa foi um político influente, vereador e presidente da Câmara Municipal por alguns anos (FRAZÃO, 2021). Por meio do exame das Atas da Câmara de Nova Friburgo e do Almanak Laemmert verifica-se que Manuel José de Siqueira, João Luiz de Siqueira e Domingos Gomes de Siqueira atuaram em postos da administração na Freguesia de Sebastiana. O primeiro deles atuou como Juiz de Paz (1873-75); o segundo como subdelegado substituto (1869-1871); já o último, exerceu diversas funções: Juiz de Paz (1865-71); Subdelegado (1869-1871); e Substituto do Juiz dos Órfãos (1875), posto mencionado na listagem da Freguesia de São João Batista, sede do município, ocupado na condição de alferes da Guarda Nacional.

Sem entrar em um debate amplo sobre as bases teóricas que orientam cada uma dessas visões, reafirma-se aqui a proposta de Frazão (2021) de que esse grupo também poderia ser percebido como membro de uma nobreza agrária. Mesmo reconhecendo que, com a vinda da Família Real, o conceito de nobreza passou a se relacionar àqueles que possuíam juridicamente uma distinção nobiliárquica recebida pela monarquia por meio de títulos ou comendas, o autor defende uma reapropriação da ideia de “nobreza terra”, que, segundo os estudiosos do Período Colonial, era utilizada para designar grandes proprietários e membros da administração, ou seja, pessoas que, mesmo sem serem tituladas de direito, distinguiam-se do restante da sociedade e tiveram papel importante na construção e funcionamento do Império Português. Na construção do

argumento, utiliza-se ainda de um dicionário do século XIX para advertir que o termo “nobre” também se relacionava à qualidades e costumes e à elevação de estilo (FRAZÃO, 2021).

Corroborando essa posição, entende-se que a expressão “nobreza agrária” possa ser utilizada em estudos sobre proprietários rurais que, apesar de não possuírem títulos e/ou condecorações, distinguiram-se, por seus hábitos, dos demais grupos sociais (FRAZÃO 2021). Ela abarcaria homens que, seguindo alguns valores da nobreza, tentaram viver como os melhores da terra, como representantes da *boa sociedade* em diversas regiões do Brasil. O fato de a análise em questão também se concentrar sobre um território destinado à produção de gêneros para o

abastecimento interno ratifica a importância de se pensar nas formas de distinção existentes nas periferias, nas quais alguns proprietários não se envolviam diretamente com o café.

Entende-se, assim, que a maioria dos homens apresentava algumas características que os tornariam membros de uma nobreza agrária local. A primeira se refere ao fato de todos eles terem participado da administração pública. A segunda se relaciona à posse de propriedades rurais, já que todos eles terminaram a vida com alguns hectares de terras. A terceira se liga à existência de elementos que ratificam a diferenciação social desses agentes, o que será aprofundado nesta seção.

Primeiramente, destaca-se a forma como esses proprietários eram vistos pela sociedade local, o que pode ser inferido pelo modo como foram classificados no Almanak Laemmert. Se, durante anos, eles fizeram parte de uma categoria específica, a de “cultura de batatas”, que, apesar de estar ligada a um cultivo economicamente importante para Nova Friburgo, não os colocou na posição de “fazendeiros” da Freguesia de São João Batista (1857-1864), a situação se alterou com a criação da Freguesia de Sebastiana. Excetuando-se Dimas Pedrosa, que sempre figurou na localidade central do município – também como negociante e/ou possuidor de “fazendas de criar” (FRAZÃO, 2021) –, os demais foram citados, nessa nova unidade, na condição de “fazendeiros”. Cabe destacar que mesmo Antonio Francisco de Bragança, que, segundo seu inventário, não possuía terras, e Manuel Francisco do Canto, que esteve de 1875 a 1877 na lista de negociantes, permaneceram na listagem de fazendeiros até as datas de suas mortes.

Tendo em vista o que a historiografia já discutiu sobre a produção do Almanak, defende-se que a nova classificação dos agentes seja um elemento que deva ser considerado nesta discussão. Marina Machado (2011) entende que a publicação traz em suas páginas os grupos mais poderosos da sociedade oitocentista. Para a autora, o fato de atores sociais pagarem pare ter seus nomes inseridos no jornal, corrobora o poder econômico de alguns deles, pois investiam no reconhecimento da sua posição social. O periódico, assim, constitui-se de fonte importante para o entendimento da dinâmica social local (MACHADO, 2011). Já Rubens Machado (2013) discorda sobre a necessidade da realização de um pagamento para que as pessoas tivessem seus nomes inseridos na publicação. Ao examinar os prefácios e outros elementos “introdutórios” do jornal, o autor defende que a existência de um número mínimo de assinantes em uma localidade e a existência de um correspondente – agente local que remetia as informações para a edição – já bastaria para a confecção da listagem de nomes de uma freguesia.

Contudo, mesmo na sua discordância, ele ratifica a posição de Machado. Afinal, ainda que esses sujeitos não tivessem que pagar para ter seus nomes citados, o fato de alguém da região criar um elenco e uma classificação referendada por um *habitus* (BOURDIEU, 2010) ou seja, uma maneira situada de pensar e de agir, atesta a relevância da fonte para o entendimento da hierarquia social local. Possivelmente, os nomes estudados não poderiam aparecer na condição de fazendeiros na Freguesia de São João Batista, sede da Vila, já que ali estavam inseridos nomes como de Antonio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo (MARRETO, 2019). Nem mesmo Dimas Pedrosa, com grande atuação na freguesia (FRAZÃO, 2021) poderia estar ali. Todavia, aqueles que residiam no território da nova unidade poderiam ser relacionados como “fazendeiros”, seja porque se denominavam, agora, dessa forma, seja pelo fato de serem vistos assim, em um novo território ou em uma outra escala de comparação (REVEL, 1998).

O ponto seguinte a ser abordado se deve à existência de normas de comportamentos que confirmam a posição social desses fazendeiros. A análise dos inventários possibilitou atestar móveis, que, segundo a historiografia, garantiam distinção na sociedade do Brasil Imperial (MAUAD, 2011). Todos eles, exceto Antonio Francisco de Bragança, possuíam, em suas residências, vários objetos de prata. A maioria deles, talheres e demais utensílios destinados ao serviço de mesa. Manuel Francisco do Canto e João Luiz de Siqueira Queiroz possuíam faqueiros completos desse material. Na lista de bens de Manuel Canto ainda constam alguns objetos de ouro, como cordões, brincos e um relógio e, na partilha de João Luiz, um jogo de 48 cálices para champanhe.

Além desses objetos, outras situações servem de indícios do *habitus* nobiliárquico. Dimas Ferreira Pedrosa, que já foi objeto de estudos mais detalhados, fez parte de várias comissões de destaque em Nova Friburgo e matriculou seu filho no Colégio Pedro II, umas das instituições de ensino destinadas àqueles que faziam parte da boa sociedade. Até eventos ocorridos depois de sua morte comprovaram essa situação: o seu enterro com direito a procissão solene da Catedral da Cidade até o sepulcro da Irmandade do Santíssimo Sacramento; e o suicídio de seu filho que, segundo as cartas deixadas ao delegado, à sua mãe e a um fazendeiro vizinho, teve como justificativa o fato de não saber viver como pobre (FRAZÃO, 2021).

Por fim, cabe destacar outro argumento que demonstra as boas relações construídas por alguns desses agentes sociais, mais especificamente, pela família Siqueira de Queiroz. A sede da fazenda de João Luiz de Siqueira Queiroz não somente serviu durante anos, como já se viu nas

páginas anteriores, para a realização de uma série de eventos da administração local, como chegou a abrigar membros da família real, tal qual Conde d'Eu e Condessa de Barral, em 1876, como relata a própria Condessa em carta escrita a D. Pedro II, no dia 30 de março de 1875:

quero lhe dizer e também a S.M. a Imperatriz que de Teresópolis fomos à Fazenda da Sebastiana, onde a boa família Siqueira de Queiroz nos hospedou perfeitamente. Lá dormimos e ontem seguimos por aqui. (...) Hoje visitamos a Fazenda do Cônego e o Chalet do Barão de São Clemente, e a fonte dos Suspiros e o estabelecimento hidroterápico onde rimos até não poder mais com as explicações do Dr. Eboli. (BARRAL, 1977: 110)10

Nota-se como ela se refere àqueles que hospedaram o grupo, ou seja, a “boa família” Siqueira de Queiroz. Roberto Féo (2010) afirma que se tratava da fazenda de João Luiz Siqueira de Queiroz. Já a publicação organizada pelo Arquivo Nacional, da qual se retirou o trecho acima (BARRAL, 1977), indica que o texto faça referência não somente a João Luiz como a seu irmão José Francisco de Siqueira Queiroz. Mesmo diante da ausência do inventário de José Francisco, comunga-se da posição de que João Luiz deveria estar envolvido nessa recepção, já que ele teria condições de receber um grupo de tão grande dignidade. Tendo em vista a função da Condessa de preceptora das princesas e a sua relação com o Imperador, essa hospedagem seria um sinal claro de distinção do fazendeiro e, por conseguinte, de sua família. Esse fato é confirmado pela presença, na comitiva, do Conde D’Eu, genro de D. Pedro II, que se hospedou naquela fazenda. Ademais, as informações sobre as propriedades visitadas pelos condes reforçam ainda mais a condição social da família Siqueira de Queiroz. Afinal, posteriormente, eles visitaram apenas duas outras fazendas. Ambas pertencentes aos descendentes, nobres titulados, de Antonio Clemente Pinto, 1º Barão de Nova Friburgo, (MARRETTO, 2019). Raciocínio análogo pode ser feito à visita ao estabelecimento do Doutor Carlos Eboli, que, mesmo não sendo membro da nobreza, gozava, naquele momento, de grande prestígio, por ser responsável por um instituto hidroterápico que atraía várias pessoas da capital (PROENÇA, 2020).

Considerações Finais

Ao longo destas páginas se evidenciou a importância da agricultura dedicada ao mercado interno. A análise das propriedades dos fazendeiros das Terras Frias ratificou o que outros

historiadores já haviam constatado, ou seja: que esses homens não estavam alijados do mercado, que, em sua maioria, possuíam vários bens e que estavam inseridos no mundo da escravidão. O fato de a produção de batatas não ser mencionada dentre as culturas presentes nas fazendas aqui estudadas, não significa que ela, em algum momento, não tenha estado presente nem tenha sido importante para o processo de acumulação de bens desses indivíduos, afinal, ela já foi considerada por moradores da localidade como uma “antiga riqueza da região”. A possibilidade de uma doença ter afetado a produção não pode ser descartada. Contudo, os dados demonstram que, no momento das mortes desses agentes sociais, as suas principais atividades agrícolas eram a produção/comercialização de milho, feijão e a criação de animais, principalmente, suínos e muare. Eles também estavam envolvidos em um sistema de concessão de créditos, o que fez com que alguns fossem credores de outros fazendeiros, de negociantes e do próprio governo imperial.

O patrimônio acumulado fez também com que muitos deles participassem da administração pública. Atuando em vários postos, esses membros da boa sociedade construíram e/ou reafirmaram um prestígio social que os permitiu se distinguir de outros elementos da sociedade. Se sua riqueza não possibilitou que recebessem título nobiliárquicos, tornou viável possuir bens e relações sociais que, de alguma maneira, o enobreceram. A posse de pianos, taças de champanhe,

objetos de ouro e de prata e a hospedagem de membros da família imperial são exemplos dessa situação.

Reconhece-se que somente com o avanço da pesquisa alguns aspectos abordados neste estudo poderão ser elucidados. A incorporação de outros inventários dos homens pertencentes à “cultura de batatas” da Vila de Nova Friburgo auxiliaria a percepção do padrão de riqueza desse grupo. Se essa documentação referente a apenas 6 desses homens já possibilitou a identificação de algumas características comuns, o aumento do número das fontes é fundamental para a continuidade do debate. Da mesma forma, parece clara a necessidade de se fazer análises mais minuciosas de cada um dos agentes estudados aqui. Como apenas Dimas Pedrosa foi objeto de estudos específicos, ainda há muito a ser examinado na biografia desses proprietários. Seria importante entender melhor suas atividades econômicas, sua participação no mercado de terra e suas relações sociais. Por fim, é mister uma apreciação da “boa família” Siqueira de Queiroz, já que por meio dela seria possível compreender mais detalhadamente as bases sociais desses proprietários rurais que, embora estivessem nas periferias, eram membros

de uma nobreza agrária e tinham papel de destaque nas boas sociedades do Brasil Imperial. Que venham, assim, outras histórias!

Fontes

- ALMANAK LAEMMERT. Edições de 1856 a 1883. Disponível no site: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm . Acesso em: 02 fev. 2023.
- ATAS DA CÂMARA DE NOVA FRIBURGO (1820-1901). Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015.
- BARRAL e da PEDRA BRANCA, Luísa Margarida Portugal de Barros, condessa de (1977). Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- CARVALHO, Antonio (1899). Uma fazenda mineira. Monografia-estudo de uma fazenda modelo. Belém. Typ. do Diário Oficial.
- FONSECA, Padre Antonio Caetano (1863). Manual do Agricultor dos gêneros alimentícios. Ou methodo da cultura mixta destes gêneros nas terras cansadas. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert.
- INVENTÁRIOS Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ). Acervo Permanente: Antonio Francisco de Bragança, caixa:157656696/7.G2.S26.1096 ;Manuel Francisco do Canto, caixa: 6048754/7.G1.S23.1061;Domingos Gomes de Siqueira, caixa: 014111299;Manuel José de Siqueira, caixa: 14111330/7.G6.S7.892; João Luiz de Siqueira Queiroz (Partilha), Caixa: 14111305/7.G7.S3.106; Dimas Ferreira Pedrosa, caixa: 01411.1380.
- PECKOLT, Theodoro (1871). História das Plantas Alimentares e de Gozo do Brasil. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert
- OFÍCIO ALFREDO AUGUSTO PEREIRA DE FREITAS informando sobre a agricultura, indústria pastoril, etc. Arquivo do Fundo da Administração de Nova Friburgo, 1883. Doc. Nº 4989. Fundação D. João VI. Disponível no site: <https://www.djoaovi.com/arquivo/promemoriadigital/fundoadmnf>. Acesso em: 1 dez. 2020.

- REGISTRO PAROQUIAL DE TERRAS. Município de Nova Friburgo APERJ. Disponível no site: <http://www.docvirt.no-ip.com/aperj/acervo.htm> Acesso em: 01 fev. 2023.
- LIVRO DE REGISTRO DE ÓBITOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE SEBASTIANA. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Nhungaçu. Venda Nova. Teresópolis.
- TAUNAY, Carlos Augusto [1839]. (2001) Manual do Agricultor Brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, João Raimundo (2003). *A construção do mito da suíça (1910-1960)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).
- ARAÚJO, João Raimundo de; LO BIANCO, Regina; COSTA, Ricardo Rosa da Gama (2019) (Org.) *Teia Serrana II: novos temas e novas abordagens*. Nova Friburgo: Marca Gráfica Editora.
- Atas da Câmara de Nova Friburgo (2015). Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo: Fundação D. João VI.
- BARTH, Fredrik (1978). *Scale and Social Organization*. Oslo: Universitetsforlaget.
- BOM, Henrique (2004). *Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da independência*. Nova Friburgo: Imagem Virtual.
- BOURDIEU, Pierre (2010). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- CÂMARA, Marianny de Casto (2020). *Investigando trajetórias, conhecendo a história – o desenvolvimento da família suíça na vila de São Pedro de Cantagallo, 1830-1885*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Salgado de Oliveira, Niterói.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira (2012). “A história do abastecimento e a historiografia brasileira”. IN GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PIÑEIRO, Théo Lombarinhas; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. (ORG) (2012) *Ensaio de História Econômico – Social: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: EDUFF. 17-39.
- CARDOSO, Citro Flamarion Santana (1979). *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes.
- CARDOSO, Citro Flamarion Santana (1987). *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de (2009). *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editoria FGV.
- CORRÊA, Maria Janaína Botelho e SANTOS, Selmo de Oliveira (2019). “Terras Frias: um ensaio sobre a reforma agrária na fazenda Rio Grande.” In. ARAÚJO, João Raimundo de; LO BIANCO, Regina; COSTA, Ricardo Rosa da Gama (Orgs.) *Teia Serrana II: novos temas e novas abordagens*. Nova Friburgo: Marca Gráfica Editora.
- COSTA, Ricardo Gama da Costa e GUIMARÃES, Fernanda (2020) (Orgs.). *Memórias do legislativo friburguense: 200 anos de história da Câmara Municipal*. Nova Friburgo: Gráfica Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.
- DIAS, Maria Odila (1986) “A interiorização da metrópole: 1808-1853”. IN MOTTA, Carlos Guilherme (ORG) (1986) *1822: Dimensões*. São Paulo: Perpesctiva
- ERTHAL, Rui (2006). A presença de dois distintos padrões de organização agrária moldando a região de Cantagalo, província do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. Scripta Nova, Barcelona, v. X.

- ERTHAL, Rui (2020). *A colonização suíça e alemã em Nova Friburgo*. A dispersão espacial dos colonos da Gleba Rural. Niterói: Candido.
- FARIA, Sheila de Castro (1986). Terra e trabalho em Campos dos Goitacases (1850-1920) Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- FERREIRA, Ana Lúcia Nunes (2001). *O município de Macaé: fortunas agrárias na transição da escravidão para o trabalho livre*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- FÉO, Roberto (2010). Raízes de Teresópolis. Outras histórias e outras coisas (1500-2010). Teresópolis: Zem Gráfica e Editora.
- FILHO, Heitor Plínio de Moura (2010). Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 11, n. 15, jul.-dez. 2010, p. 9-34. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2010v11n15p9>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- FRAGOSO, João (2013). *Barão do Café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- FRAZÃO, Gabriel Almeida (2020). Um negociante das “Terras Frias”: uma análise das estratégias de aquisição fundiária do português Antonio José Mendes (Nova Friburgo, 1860-1914). *Revista Maracanan*. n. 23, : 59-82.
- FRAZÃO, Gabriel Almeida (2021) “A nobreza agrária das Terras Frias”: análise preliminares das estratégias políticas, sociais e econômicas de Dimas Ferreira Pedrosa (Nova Friburgo/RJ – Séc. XIX). *Revista de História Regional*. V. 26. N.2: 507-538.
- FRAZÃO, Gabriel Almeida (no prelo) .A antiga riqueza da região”: uma análise introdutória sobre a produção de batatas na Vila de Nova Friburgo/RJ, (1850-1920). *História Revista*.
- FURTADO, Celso (1961). *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- GINZBURG, Carlo (1989). *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GUIMARÃES, Alberto Passos (1968). *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- JACCOUD, Raphael Luiz Siqueira (1999). *História, Contos e Lendas da Velha Friburgo*. Nova Friburgo, RJ: Múltipla Cultural.
- LENHARO, Alcir (1992). *As Tropas da Moderação*. O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil - 1808-1842. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
- LEVI, Giovanni (2000). A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LINHARES, Maria Yeda Leite (1979). *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: BINAGRI.
- LINAHRES, Maria Yeda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira (1981). *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense.
- LISBOA, Edson de Castro (2003). “Café e Escravidão em Nova Friburgo no século XIX” In. MAYER. Jorge Miguel; ARAÚJO, João Raimundo (Orgs.) *Teia Serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora ao livro Técnico, p.81-105.

- MACHADO, Marina Monteiro (2011). “Almanak Laemmert”. In: MOTTA, Márcia e GUIMARÃES, Elione (ORG.) *Propriedades e disputas*. Guarapuava: Unicentro; Niterói: EDUFF: 159-162.
- MACHADO, Rubens da Mota (2013). *A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra. (Vila de Iguazu, 1840-1880)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MARQUESE, Rafael de Bivar (2006). A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência escrava, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos*. Volume 4. Cebrap: São Paulo.
- MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale, 2015. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX.” In. MUAZE, Mariana e SALLES, Ricardo (org.). *O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- MARRETTO, Rodrigo Marins (2015). “Migrantes do império do Brasil: a trajetória de Jean Bazet nas origens da Vila de Nova Friburgo, 1820-1858”. *Saeculum*. João Pessoa, v. 33, jul-dez: 13-30
- MARRETTO, Rodrigo Marins (2017). Os Sertões do Leste da Província da Província Fluminense: Cantagalo e Nova Friburgo sob o impacto da Segunda Escravidão (1820-1872). *Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 10, n. 1, jan.-jul: 67-91*.
- MARRETTO, Rodrigo Marins (2018). *A escravidão velada: senhores e escravos na formação da Vila de São João Batista de Nova Friburgo (1820-1850)*. Rio de Janeiro: Revan.
- MARRETTO, Rodrigo Marins (2020) “Tráfico de escravos e escravidão na trajetória do Barão de Nova Friburgo – século XIX. *Revista Maracan*, Rio de Janeiro, n.25m set-dez: 272-306.
- MARRETTO, Rodrigo Marins (2019). *O opulento capitalista: café e escravidão na formação do1 patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo. (1829-1873)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).
- MATTOS, Ilmar Rohloff e GONÇALVES, Márcia de Almeida (1991). *O Império da Boa Sociedade: a consolidação do Estado Imperial Brasileiro*. São Paulo: Atual.
- MATTOSO, Kátia M (1992). de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MAYER, Jorge Miguel; ARAÚJO, João Raimundo (2003) (Orgs.) *Teia Serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora ao livro Técnico.
- MAYER, Jorge Miguel (2003). *Ratzes de Mundo Caipira: o caso de Nova Friburgo*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- MAUAD, Ana Maria (2011). “Imagem e autoimagem do Segundo Reinado”. In. ALENCASTRO, Luiz Felipe. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil*, Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes (1989). *Pelas Bandas d’Além: fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes (2005). “História Agrária” In MOTTA, Márcia Maria Menendes (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 239-240.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes (2008). *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Niterói: EDUFF.

- MOTTA, Márcia Maria Menendes (2014). *O Rural à la gauche*. Niterói: Editora da UFF.
- NICOULIN, Martin (1995). *A Gênese de Nova Friburgo*. Emigração e colonização suíça no Brasil (1817-1827). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.
- NOVAIS, Fernando (1985). *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC.
- NUNES, FRANCIVALDO (2011). “Inventários e partilhas”. IN MOTTA, Márcia Maria Menendes e GUIMARÃES, Elione (ORG)(2011). *Propriedades e disputas: fontes para a história dos oitocentos*. Guarapuava: Unicentro; Niterói: EDUFF, 57-59.
- PEDRO, José Carlos. (1999) *A Colônia do “Morro Queimado”*: suíços e luso-brasileiros na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo (1820-31). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- PROENÇA, Anne Thereza de Almeida. (2020) “Senhor vereador doutor: as frentes de atuação de Carlos Eboli na Câmara Municipal de Nova Friburgo.” In. COSTA, Ricardo Gama da Costa e GUIMARÃES, Fernanda (Orgs). *Memórias do legislativo friburguense: 200 anos de história da Câmara Municipal*. Nova Friburgo: Gráfica Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, 95-114.
- REVEL, Jacques (1998)(Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- SALLES, Ricardo (2008). *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX*. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008;
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá (1994). *Magé na crise do escravismo*. Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- SIMONSEN, Roberto (1957). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Edição Nacional.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1963). *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- TEIXEIRA, Adriano Braga (2012) “Inventários post mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. *Mal-Estar e Sociedade*. Ano V. n.8. Barbacena. Jan-junho: 63-83.

Notas

- 1 Apesar de partirem de matrizes teóricas divergentes, as obras que objetivaram explicar as causas históricas dos problemas brasileiros não abordaram o funcionamento do mercado interno. Ele foi visto como um elemento menor, de pouca importância, diante da agricultura de exportação. Nos anos de 1930, Roberto Simonsen (1957) e, posteriormente, Werneck Sodré (1963) defenderam a importância, por meio da teoria dos ciclos, da economia agroexportadora para o Brasil. Nos anos de 1960, Alberto Passos Guimarães (1968) ratificou o papel do latifúndio escravista exportador na formação da sociedade brasileira. Nesse mesmo período, Celso Furtado (1961), autor ligado a CEPAL, associava o subdesenvolvimento do país ao fato de ele ter se dedicado, desde o início de sua colonização, a produção de gêneros destinados ao mercado externo. Nos anos 1970, Fernando Novais (1985) confirma a tese da pouca importância do mercado interno para a estruturação do Antigo Sistema Colonial, montado para o atendimento dos interesses da metrópole portuguesa. Sobre essa discussão ver: MOTTA, 1989 e MOTTA, 2014; e LINHARES e SILVA, 1981.
- 2 Para o aprofundamento do debate sobre a historiografia destinada ao mercado interno ver: CAMPOS, 2012.

- 3 Essa documentação não se encontra em Nova Friburgo. Descobriu-se que os inventários de habitantes do município estão armazenados no Arquivo do Judiciário (TJ-RJ), onde o sistema de localização e de consulta não é informatizado e nem existe qualquer instrumento de pesquisa que facilite o exame. O acesso aos documentos depende de envios de listas nominais elaboradas pelo pesquisador aos funcionários que, a partir delas, vasculham o acervo. Todo esse processo faz com que a localização dos inventários seja morosa e sempre parta do conhecimento dos nomes de quem se quer pesquisar, já que não existe a possibilidade de consultar os inventários apenas pelo local da sua produção.
- 4 Marianny Castro Câmara demonstra como de algumas famílias suíças que migraram para a região de Cantagalo se dedicaram a criação de mulas para o transporte de mercadorias para Porto das Caixas, atual município de Itaboraí. Apesar de essa região estudada pela autora ter características climáticas diferentes da aqui analisada, o seu trabalho ratifica o papel dessa atividade no processo de geração de fortunas (CAMARA, 2020).
- 5 Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ). Acervo Permanente: Antonio Francisco de Bragança, caixa:157656696/7.G2.S26.1096 ; Manuel Francisco do Canto, caixa: 6048754/7.G1.S23.1061; Domingos Gomes de Siqueira, caixa: 014111299; Manuel José de Siqueira, caixa: 14111330/7.G6.S7.892; João Luiz de Siqueira Queiroz (Partilha), Caixa: 14111305/7.G7.S3.106; e Dimas Ferreira Pedrosa, caixa: 01411.1380.
- 6 Os inventários são fontes valiosas para o estudo do mundo rural e vem sendo utilizadas de diversas formas pela historiografia atual. O exame, por exemplo, da descrição dos móveis, dos utensílios domésticos e das ferramentas agrícolas, das lavouras e do número de escravizados permitem aos estudiosos acessar aspectos da vida doméstica e das relações de trabalho presentes em uma propriedade. Além disso, ele traz informações sobre a qualificação social do falecido e dos seus herdeiros, assim como revela a existência de testamentos e de dívidas. Por toda essa variedade de informações, essa documentação auxilia, também, o debate sobre as formas de ocupação da terra no Brasil (NUNES, 2011).
- 7 Até o momento, sabe-se que Dimas Ferreira Pedrosa era originário da Província de Minas Gerais (FRAZÃO, 2021). Segundo as informações presentes nos inventários, infere-se que João Luiz de Siqueira, Manuel José de Siqueira e Domingos Gomes de Siqueira eram irmãos, oriundos de Santo Antônio de Sá e filhos de Antonio José de Siqueira e Mariana de Souza Pereira. Já, por meio do Registro de Óbito de Manuel Francisco do Canto, datado de 02 de março de 1876, sabe-se que ele era açoriano, proveniente da Ilha de São Miguel.
- 8 A conversão para libra esterlina é uma metodologia utilizada pela historiografia para que possa estabelecer comparações entre valores em temporalidades distintas, já que o valor da moeda brasileira variava muito ao longo do tempo. Para a conversão, utilizaram-se as informações disponibilizadas em: FILHO (2010).
- 9 No Livro da Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, as informações foram retiradas dos seguintes registros: n. 371, Manuel José de Siqueira; n. 401, João Luiz de Siqueira; n. 412, Antonio José de Siqueira; n. 462, Domingos Gomes de Siqueira. No Livro da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer, os registros n. 1, Dimas Ferreira Pedrosa e Ricardo José Rodrigues; e n. 2, Dimas Ferreira Pedrosa. Registro Paroquiais de Terras do Estado do Rio de Janeiro (1855-1857). APERJ.
- 10 O estudioso Roberto Féo faz alusão a essa visita e transcreve essa carta em questão em sua obra sobre a história de Teresópolis. Contudo, autor se equivoca no ano de produção da missiva, que, ao contrário do que afirmou Féo, foi escrita em 1875. Ver FÉO, 2010: 201; 523-24.